

SUMÁRIO

PARTE I: PERFIS E MOMENTOS DE UM CONCEITO —	
Notas de trabalho	
A Renascença entre a crítica e a utopia	13
Os ídolos de Francis Bacon	19
A nova racionalidade e o sentimento dos seus limites:	
o discurso crítico dos moralistas	21
Rousseau: do homem natural ao pacto social	23
O sentido da História. Retomando Montesquieu. <i>O espírito das leis</i>	38
Três desenhos para o curso da História: a linha reta de Condorcet,	
o ciclo de Vico e a espiral dialética de Hegel	43
Ideologia: o nome e as significações	61
Interlúdio weberiano	83
Exercícios de sociologia da cultura (à esquerda, sem dogmatismos):	
Lucien Goldmann e Giulio Carlo Argan	100
Voltando ao ponto — conceitos em movimento: ideologias,	
contraideologias, utopias	119
Parêntese temerário: a religião como alienação ou como desalienação	141
Simone Weil: a inteligência libertadora e suas formas	157
Formações contraideológicas — a pesquisa científica, a	
autorreflexividade, o pensamento enraizado no trabalho,	
a religião desalienante, a arte, a cultura de resistência	182
O projeto fáustico entre o mito e a ideologia	197
Lendo o <i>Segundo Fausto</i> de Goethe	203

PARTE II: INTERSECÇÕES BRASIL/OCIDENTE

O mesmo e o diferente	227
Desenvolvimento: ideologia e contraideologia na obra de Celso Furtado	233
Lugares de encontro. Contraideologia e utopia na história da esquerda cristã. Lebre e "Economia e Humanismo"	257
As ideias liberais e sua difusão da Europa ao Brasil. Um exercício de História das ideologias.....	276
Liberalismo ou escravidão: um falso dilema?	303
Joaquim Nabuco, o ícone do novo liberalismo	313
O "novo liberalismo". Êxitos e malogros de uma contraideologia no fim do Segundo Reinado	346
Liberalismo e Estado-Providência — confrontos e compromissos	372
Passagem para a interpretação literária	394
Um nó ideológico — sobre o enlace de perspectivas em Machado de Assis	398
Índice remissivo.....	423

PARTE I

PERFIS E MOMENTOS DE UM CONCEITO

NOTAS DE TRABALHO

liberal, a descoberta de que a propriedade privada tem por fundamento o trabalho. Mas, ao rever as premissas de Adam Smith, Marx as historiciza levando em conta o sistema capitalista moderno, de que a mesma economia política era a consciência explicitada. Nesse contexto, a propriedade, que “antes era a exterioridade real do homem, transformou-se agora em simples ato de objetividade, de alienação”, tendo sido incorporada em ricochete por força da objetivação do trabalho humano. O trabalhador da indústria produz riqueza, e é precisamente essa ação de produzir bens colocados fora de sua vida e de sua pessoa que constitui o nexó íntimo de objetivação e estranhamento. Assim, a economia política demonstra, sem sombra de indignação, que a derivação da riqueza a partir do trabalho “tem consequências *antagônicas ao homem*”.¹⁹⁸ Para os economistas clássicos é preciso e “natural” extrair o máximo do trabalho humano para produzir o máximo de riqueza. Para Marx, essa proposição é, ao mesmo tempo, historicamente verificável e *cínica*.¹⁹⁹ Mais uma vez, importa conhecer o mundo para poder transformá-lo. Mas é preciso querer transformá-lo. O interesse, enquanto eticamente legítimo, contribui para o esclarecimento.

O “paradigma da produção”, cerne de uma certa escolástica determinista, já deixava, nos *Manuscritos*, de ser dogma para converter-se em problema à proporção que Marx cindia a ideia mesma de produtividade em constatação e denúncia. Os fatos, que o positivismo consideraria como toda a verdade, não estão, *ipso facto*, isentos de julgamento ético-político, mesmo porque o roubo, o homicídio, a palavra mentirosa, um ato de exploração ou de opressão também são fatos... Disse Pirandello que um fato sem interpretação nem julgamento é um saco vazio, não para em pé. Remeto novamente o leitor à vigorosa discussão do tema da produção feita por Habermas no ensaio “Três perspectivas: hegelianos de esquerda, hegelianos de direita e Nietzsche”, seguido de um “Excursó sobre o envelhecimento do paradigma da produção”.²⁰⁰

198. *Manuscritos*, pp. 182-5.

199. Id., *ibid.*, p. 184.

200. Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*, cit., pp. 73-119.

O PROJETO FÁUSTICO ENTRE O MITO E A IDEOLOGIA

REFLEXÕES SOBRE AS IDEIAS DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Por que há de com isso embaraçar-te?

Colonizar há muito não procuras?

Goethe, *Fausto II*, ato v

No desenvolvimento do fim particular radica também o ímpeto colonizador.

Hegel, *Lições sobre a filosofia da história* p. 29

Marx retoma da obra de Adam Smith a ideia da ligação estrutural entre o valor de um produto e o tempo de trabalho que nele foi aplicado. A diferença de horizonte entre os dois pensadores da economia capitalista é notória. Adam Smith constata e descreve o processo. Marx constata, descreve e denuncia a extorsão da mais-valia pela qual o capitalista se apropria do trabalho alheio.

As semelhanças e dessemelhanças não se esgotam nessa descoberta fundamental das relações entre valor e trabalho. O resultado global da produção de mercadorias é contemplado por ambos tanto na esfera do empresário à procura de lucros cada vez mais altos como na esfera do Estado-nação, cuja produção deve ser vendida para mercados cada vez mais amplos e numerosos. *A riqueza das nações* é o objeto-título da obra fundadora da economia política clássica. A análise em profundidade do *capital*, na sua expansão nacional e internacional, é o tema nuclear de Marx, que, no entanto, alia o exame do seu

objeto a um *juízo do sistema e da ideologia que o penetra, precisamente o liberalismo capitalista.*

Em ambos os quadros teóricos está explícita a ideia da *produtividade* como fator inerente ao crescimento do capital e, por extensão, da riqueza individual ou nacional. A diferença, que já vimos expressa por Engels, consiste na percepção dialética de que o *progresso nas técnicas produtivas, representado tantas vezes pela introdução de novas máquinas, pode comportar uma regressão para a classe trabalhadora.*²⁰¹ Essa percepção, no entanto, não impediu absolutamente que o Estado soviético, alegando embora a mais estrita observância marxista, situasse a prática da produtividade no centro mesmo dos seus planos econômicos. Passaram então a coincidir, com diferentes horizontes, o postulado smithiano e a reflexão marxista em torno da necessidade de intensificar o trabalho para produzir mais riqueza, e produzir mais riqueza para crescer o poder da empresa ou do Estado.

A crítica de Simone Weil centrava-se no regime de trabalho forçado a que o Estado soviético submetia os trabalhadores na Rússia de Stálin. As diferenças de finalidade eventualmente apresentadas à guisa de defesa cifravam-se na justificação estratégica da União Soviética, que precisaria, em primeiro lugar, desenvolver ao máximo a sua indústria pesada, incluindo a bélica, em face da concorrência e da hostilidade internacional. A China terá repetido, com as variantes conhecidas, o mesmo processo. Em resumo: *em face do poder alheio, mais poder próprio*, círculo vicioso que iguala, a curto e médio prazo, sistemas que se desejariam antagonísticos. E a longo prazo?

Hoje, *ex post*, parece fácil responder à pergunta. A Guerra Fria, a corrida armamentista, a competição nuclear e as invasões norte-americanas, soviéticas e chinesas em países do Oriente compuseram capítulos internacionais dessa estratégia política paralelamente combinada com o controle de mercados “em desenvolvimento” por empresas transnacionais ou por Estados expansionistas.

Chegamos à palavra-chave: *desenvolvimento*. Aplicada correntemente aos processos de expansão do poder mencionados acima, trata-se, sem dúvida, de uma ideologia, talvez a mais prestigiosa ideia-força de nosso tempo. Não conheço discurso político ou econômico, técnico ou científico, empresarial ou estatal, partidário ou sindical, que a dispense ou deixe de magnificá-la em termos muito próximos aos da retórica do progresso que atravessou todo o século XIX e boa parte do XX. Seja dito de passagem, a palavra “progresso” conheceu certo grau de erosão nos últimos quarenta anos, tal a soma de estragos que o seu culto indiscriminado produziu; mas o mesmo não vem acontecendo com o seu quase sinô-

201. Ver nota 151, em que vem transcrita essa observação de Engels.

nimo, “desenvolvimento”, talvez pelo caráter de emulação entre povos e Estados que o conceito desperta. Todos querem chegar ao “nível” dos países ditos desenvolvidos.

Comparada com a ideia de desenvolvimento, a noção genérica de progresso parece hoje pobre. O que a caracteriza é a sua dependência direta da imagem de um tempo linear em que cada momento é sempre um avanço em relação ao anterior, a partir de uma concepção cada vez menos convincente de que o que vem depois é sempre melhor do que o que veio antes. Para muitos, progresso é o dia de hoje comparado com os dias de outrora.

O vazio ou o simplismo dessa concepção foi preenchido por uma teoria científica densa e coerente, o evolucionismo de base biológica que recebemos da imponente construção de Darwin, na *Origem das espécies*. Aqui não se trata apenas de antes e depois, associados a pior e melhor, mas de um conceito dinâmico, *evolução*, dentro do qual se perfila toda a história do gênero humano feita de lutas pela sobrevivência, travadas ora pela força, ora pela astúcia, ora pelos músculos, ora pela mente de gerações e gerações ao longo de milênios. Mas há um momento — datável dos meados do século XIX e coincidente com a eclosão do imperialismo — em que essa reconstrução titânica da vida do homem no planeta passa por um processo de *ideologização*. A força militar bruta e a pura esperteza comercial acabam justificando o domínio do mundo por alguns Estados que se apropriaram mais cedo, mais violenta ou mais astutamente, dos recursos financeiros e tecnológicos próprios do capitalismo em crescimento. “Evolução” começa a substituir ou incorporar os sentidos do termo “progresso”, que persiste ainda na sua tosca generalidade.

Diferentemente de ambos os termos, escorados em descobertas científicas bem como nas técnicas produtivas acionadas ao longo dos séculos XIX e XX, a palavra “desenvolvimento” se impôs, de início, no âmbito de um pensamento filosófico. Foi o idealismo dialético de Hegel, fazendo a ponte entre o progresso das Luzes e as esperanças do romantismo liberal, que deu relevo à ideia de desenvolvimento (*Entwicklung*).

A matriz idealista da *Fenomenologia* de Hegel (uma história do Espírito através dos tempos) é inerente ao seu postulado central pelo qual a Ideia vai des-envolvendo, des-dobrando, des-enrolando o que está já contido no seu núcleo, para chegar, afinal, à Autoconsciência, isto é, ao conhecimento que o espírito humano tem de si mesmo e da sua própria história. Desenvolver, portanto, não significa simplesmente progredir ou evoluir, mas extrair de um fundo prévio e potencial todas as formas que aí estavam “envolvidas”, e conduzi-las à luz da razão.

Na primeira parte da *Enciclopédia das ciências filosóficas*, intitulada “A ciência

وكلنا
فكرنا
Gama

da lógica”, Hegel postula “que o fim último do mundo tanto é realizado como se realiza eternamente” (234, Adendo), apontando, porém, a diferença entre o mundo natural e o mundo espiritual: o primeiro “retorna constantemente sobre si mesmo”, ao passo que no segundo “ocorre também uma marcha para a frente”.

Essa marcha para a frente, que coexiste e lida com o retorno do mesmo da Natureza, é a forma hegeliana do desenvolvimento, nem só círculo, nem só linha reta ascendente, mas uma combinação de figuras em movimento a que chamamos espiral.

A ideia de um desenvolvimento dotado de racionalidade própria é, a rigor, um substituto filosófico da crença em uma Providência que rege os acontecimentos da História mediante um plano que o indivíduo raramente consegue compreender. Pouco importa: os indivíduos estão enredados em seus desejos e nas contingências de sua situação. É a “astúcia da Razão” que se vale de tais paixões e interesses para cumprir o percurso necessário do Espírito universal. Diz Hegel:

“A razão é tão astuta quão poderosa. A astúcia consiste, de modo geral, na atividade mediatizante pela qual, deixando os objetos segundo sua natureza atuar uns sobre os outros, e desgastarem-se uns nos outros, contudo, sem se imiscuir nesse processo, a razão leva somente o seu fim à realização. Nesse sentido, pode-se dizer que a Providência divina se comporta como a astúcia absoluta em relação ao mundo e a seus processos. Deus deixa fazer os homens, com suas paixões e interesses particulares, e o que resulta disso é a realização das suas intenções, que são outra coisa do que primeiro tratavam de fazer aqueles de que Deus se serve no caso.”²⁰²

A verdade intrínseca do desenvolvimento só aparece a quem saiba avaliar o sentido dos grandes eventos e dos grandes indivíduos que dão origem às nações e aos Estados, matéria por excelência da historiografia hegeliana. As *Lições sobre a filosofia da História* explicitam a relação entre o “espírito do mundo” e suas manifestações relevantes que se identificam no “espírito dos povos”, cujas vicissitudes levam necessariamente à autoconsciência, etapa final de todo o processo histórico.

O espírito de um povo não é, porém, absoluto nem imortal. “O espírito singular de um povo particular pode perecer; o que não perece é o espírito universal, de que o espírito de um povo é só um elo. Os espíritos dos povos são os membros do processo pelo qual o espírito alcança o livre conhecimento de si.” Hegel deixa claro, em mais de uma passagem das suas lições sobre filosofia da

202. *Enciclopédia das ciências filosóficas. Ciência da lógica, A doutrina do conceito*, parágrafo 209, Adendo. Trad. de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.

história, que a realização suprema do espírito de um povo particular é o Estado, sem o qual não há pleno desenvolvimento, quer da arte, quer da religião, quer da filosofia.

Que as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, formuladas um século mais tarde, tenham vinculado desenvolvimento e ação do Estado, é hipótese de alcance econômico e político que lembra, *mutatis mutandis*, o complexo quadro teórico de Hegel, capaz de imbricar forças que a economia liberal considerava incompatíveis:

- de um lado, a produção de riquezas voltada para a satisfação das necessidades individuais e obtida por meio do empenho de cada indivíduo inserido na divisão do trabalho;²⁰³

- de outro, a racionalidade última das ações particulares da sociedade civil, que é dada necessariamente pelo Estado e, eminentemente, pelo governo (*O Estado*, em particular, parágrafos 535 a 537).²⁰⁴

Sem entrar em considerações sobre o caráter liberal ou estatizante do pensamento econômico-político de Hegel, matéria de larga controvérsia, parece-me promissor, como apoio à reflexão, o comentário que Domenico Losurdo faz a propósito desta afirmação hegeliana, que consta das *Lições sobre a filosofia do direito*: “O fim é o indivíduo particular enquanto tal; é preciso prover aos indivíduos, e ninguém pode confiar no princípio segundo o qual as coisas se ajustarão e entrarão no lugar”.²⁰⁵

Para Losurdo, Hegel está justificando a presença universalizante do poder público na esfera da economia a fim de garantir o sustento do indivíduo carente. É negada, *ipso facto*, a ação harmoniosa da “mão invisível” de Adam Smith, que tudo ajustaria e poria no seu devido lugar. Igualmente, ao reivindicar para todos o “direito ao trabalho”, “o direito à vida” e, no caso das crianças, o direito de não serem obrigadas ao trabalho precoce, Hegel estaria exigindo que as instituições públicas, emanadas legalmente pelo Estado, cumprissem a sua função de consciência ética supraindividual na realização do desenvolvimento.

203. *Enciclopédia, Ciência da lógica, filosofia do espírito. O espírito objetivo. A sociedade civil*, parágrafos 523 a 528, cit.

204. “A essência do Estado é o universal em si e para si, o racional da vontade.” “Sua obra em geral consiste, em relação ao extremo da singularidade, enquanto é a massa dos indivíduos, na dupla tarefa: conservá-los como pessoas, e assim fazer do direito uma efetividade necessária e, em seguida, promover o seu bem, do qual cada um toma, primeiro, cuidado por si mesmo, mas que tem um lado absolutamente universal, de proteger a família e a sociedade civil” (*Enciclopédia das ciências filosóficas. Em compêndio [1830]. III. A filosofia do espírito*. Trad. de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 306-7).

205. Domenico Losurdo, *Hegel, Marx e a tradição liberal*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 127.

O que nos interessa de perto é a aceitação, ora incondicional, ora eticamente restringida, da ideia central de desenvolvimento tal qual se formou no início da Revolução Industrial. O capitalismo ainda não estava plenamente consolidado na França e na Alemanha no começo do século XIX e, no entanto, o projeto do domínio crescente do homem sobre a natureza, por meio das técnicas e da maquinaria, já se articulava nos herdeiros da Ilustração francesa, do liberalismo econômico inglês e da dialética idealista alemã, as grandes correntes de pensamento com que se iria defrontar o pensamento marxista. Ao mesmo tempo, o lado escuro desse desenvolvimento já mostrava suas sombras com a opressão do trabalhador, a exploração dos menores e a destruição cega de tudo o que entrasse nos planos do progresso industrial. Mas seriam necessárias ainda cinco ou seis gerações para que se separasse o trigo do joio, distinguindo no vasto projeto mundial de desenvolvimento capitalista o que era uma conquista efetiva da humanização e o que representava mais uma construção ideológica, no sentido pejorativo que lhe deu *A ideologia alemã*.

A categoria-eixo que unifica por dentro o sistema inteiro era (e é) o trabalho; não apenas considerado na sua dimensão genérica de esforço muscular e mental de domesticar as forças da natureza para prover às necessidades humanas, mas sobretudo como processo pelo qual se repartem as funções dos trabalhadores com vista a aumentar e acelerar a produção de mercadorias. Urgia, portanto, introduzir a prática e o conceito de *divisão do trabalho* como alicerce de um poderoso complexo de obras, cujos canteiros começavam a multiplicar-se aonde quer que chegasse a Revolução Industrial.

A exaltação do trabalho como o grande forjador de um novo tempo e o reconhecimento da divisão do trabalho, como processo inerente à nova ordem econômica (admissão explícita em Smith e em Hegel), concorreram para articular uma das ideologias fundamentais do século XIX. O termo *ideologia* pode ser adotado aqui tanto no significado forte e valorativo de *justificação do poder* como na acepção descritiva e historicista de *visão de mundo* peculiar a uma determinada época.

Ambas as dimensões do termo *ideologia* podem servir como tela interpretativa de motivos titânicos difusos na cultura romântica.

Abwesenheit der Dialektik der Aufklärung

LENDO O SEGUNDO FAUSTO DE GOETHE

O mito prometeico do construtor do novo século aparece configurado precoce mas intensamente no final do *Segundo Fausto* de Goethe, interpretado tantas vezes como apoteose do trabalho humano no decurso de sua emancipação das forças da natureza. A leitura do quinto ato dá-nos, porém, não só o direito como o avesso do desígnio fáustico de tudo dominar mediante o trabalho coletivo obediente à sua vontade de poder.

Nos episódios finais avulta a figura do pactário com Mefistófeles ansiando por modificar a face da Terra e dos oceanos e, ao empreender sua obra gigantesca, arremeter milhares de trabalhadores que arrancam da natureza os materiais para a construção de diques (como nas terras baixas da Holanda que o homem conquistou ao mar) ou para a edificação de fábricas, palácios e torres monumentais:

[...]

Corro a cumprir o que o pensar revolve;

Só a voz do senhor produz efeito. —

Servos, de pé! Aqui todos chegai!

Meu pensamento ousado executai!

Travar da ferramenta, pá e enxada”

[...]

Ordem severa, lida sem detença

Sempre conquistam alta recompensa;

Para acabar a empresa vasta e ingente,